

Cultura Escrita para além do texto: percepções materiais e subjetivas do documento manuscrito

Natalia Casagrande Salvador*

Resumo

A Ordem Terceira de São Francisco da Penitência produziu ao longo dos anos diversos documentos para o registro e oficialização de suas atividades. A partir deles, podemos extrair uma infinidade de informações, confrontá-las com outras fontes e com pesquisas já realizadas acerca do universo das agremiações religiosas em Minas Gerais, ampliando com isso o que se sabe sobre elas e sobre o cotidiano da Ordem. Apresentaremos neste artigo o resultado de descobertas advindas da análise do Livro de Termos do referido sodalício, observando desde aspectos materiais da produção dessa fonte a questões subjetivas apreendidas pela leitura e interpretação dos termos.

Palavras-chave

Agremiação de leigos, Produção documental, Paleografia.

Abstract

Throughout time the Third Order of Saint Francis, in Mariana, Minas Gerais, Brazil, generated a variety of documents for the official record of its activities. From these documents, we can extract an infinity of information, which, confronted with other sources and preexisting researches about religious lay organizations in colonial Brazil, broaden our knowledge about said subject. In this paper we will present the fruit of discoveries made throughout the analysis of the book in which all minutes were registered (Livro de Termos). Observing material characteristics of its production as well as subjective aspects apprehended by the thorough reading and interpretation of the pages of the book.

Keywords

Lay brotherhoods, Documentary production, Paleography.

* Mestre em História da Arte, doutoranda UFMG, bolsista CAPES, naticsalvador@gmail.com

Introdução

A pesquisa com fontes manuscritas pode apresentar muitas adversidades, desde o contratempo na compreensão da caligrafia e ortografia a impedimentos propriamente físicos do suporte (rasgos, extravio de folhas, infestação, etc). Existem técnicas e macetes para contornar essas dificuldades, porém o aprimoramento prescinde da atividade prática da leitura. Grupos de estudos e Oficinas de Paleografia vem sendo criados em cursos de História pelo país, reunindo pesquisadores e estudantes, numa rica troca de informação e técnicas para melhorar o desempenho na leitura de manuscritos. Como membro da *Oficina de Paleografia* da UFMG tive a oportunidade de aprender (e ensinar) diversos assuntos envolvendo a produção, circulação, conservação e pesquisa de fontes escritas, os quais pretendo compartilhar neste artigo.

Documentos manuscritos representam uma fonte rica de informações para o historiador, porém, muitas vezes nos restringimos a extrair apenas aquilo que está escrito, em busca do conteúdo e seu sentido estrito, sem perceber a fatura de referências que um documento encerra dentro de si. Observar os aspectos materiais e históricos intrínsecos à documentação pode se mostrar bastante frutífero, trazendo luz à informações que de outra maneira permaneceriam na obscuridade¹. Aceitamos que “o objetivo fundamental do ato de ler permanece o conhecimento do pensamento de um autor”. Mas existem outras possibilidades de interpretação e “[...] a perfeita avaliação da mensagem de um escritor, conhecido ou anônimo, não pode se operar sem um olhar para o envelope exterior do objeto que, em todos os tempos, transmitiu a mensagem.”²

Isso se torna ainda mais relevante em documentos manuscritos, que tem a subjetividade daquele que escreve, além de outros elementos inerentes à fonte. Conforme escreve Ulpiano Menezes: “[...]os caminhos começam a abrir-se quando se *materializa* o documento, quando nele se reconhece também sua condição de objeto material e não de mero vetor semiótico”³. Pensando nisso, exploraremos diversas características de um documento manuscrito produzido no século XVIII, com o intuito de explorar informações contidas, mas não necessariamente explícitas, em suas páginas.

*

O presente artigo resulta da investigação sobre a construção da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da cidade de Mariana, Minas Gerais. Tendo em mente os conceitos da História Nova, que valoriza a utilização de fontes não textuais, iniciamos nossa investigação a partir do próprio edifício, só depois passando para análise documental a fim de obter uma melhor compreensão dos processos envolvidos na construção dele. O diálogo

¹ Para essas reflexões, nos baseamos em MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual”. Balanço Provisório. *Revista Brasileira de História*. v. 23. n. 45. São Paulo, 2003. pp.11-36.

² LEMAIRE, Jacques. *Introduction à la codicologie*. Louvain-la-Neuve: Institut d'études médiévales, 1989. APUD: RODRIGUES, Ubirajara Alencar. “Codicologia, história e cultura.” *ETD- Educação Temática Digital*, Campinas, SP, v.18 n;3, 2016.

³ MENEZES, 2003, pp.28-29.

constante entre fonte e objeto mostrou-se ora contraditório, ora complementar, fazendo-nos reconhecer a importância da multiplicidade de fontes para a construção da história.

O documento foi selecionado, primeiramente, devido à fartura de informações que continha em suas folhas. Depois de várias análises, começamos a compreender que além das informações escritas, poderíamos obter ainda mais dados, quando observadas sob outra perspectiva. Uma vez concentrados na documentação, e a partir do aprofundamento dos estudos na área de Cultura Material e Codicologia, começamos a perceber outros aspectos relevantes, compreendidos nas folhas do Livro de Termos. Essas observações e aprendizados serão apresentados aqui, com a intenção de exemplificar a validade e importância da observação para além do conteúdo textual, que pode ser aferido num documento manuscrito.

Materialidade: desafios e evidências

Desde a invenção da escrita vários foram os suportes e ferramentas utilizados para a produção dos registros históricos. Da escrita em pedras a tábuas de cera, do cálamo a refinadas canetas de ouro e prata, o aprimoramento de técnicas e a crescente valorização da palavra escrita levaram ao desenvolvimento da Cultura Escrita. Na Era Moderna o papel, como o conhecemos hoje, se tornou o suporte mais comum. E é sobre esse suporte que foi produzido o documento que iremos analisar.

Qualquer instituição minimamente organizada mantém registros de suas atividades, quer para controle interno ou para oficialização de grandes acontecimentos. Não foi diferente com a Ordem Terceira de São Francisco de Mariana, Minas Gerais. O Livro de Termos dessa Ordem, consiste em um conjunto de 239 folhas, nas quais se redigiram as atas das reuniões da Ordem Terceira, denominadas termos. Nas 208 folhas que foram usadas, frente e verso, para redação dos termos, utilizou-se tinta escura (provavelmente ferrogálica) e caneta com ponta tipo bico de pena, de uso recorrente na época: “Comumente utilizava-se como instrumento de escrita a pena da ave, que retinha a tinta por capilaridade e como tinta, a de noz gálica, de cor castanha”⁴. Essa ferramenta de escrita determina em considerável medida o formato e *ductus*⁵ das letras, resultando em uma letra cursiva em que os traços ascendentes são finos e os descendentes mais grossos, de acordo com a flexibilidade e o formato da ponta.

O documento é formado por vários cadernos, unidos para resultar no formato de um códice⁶ (livro), mas a costura se degradou e pouco restou dela, de forma que o seu manuseio

⁴ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia*; um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: FUNDAJ, Edutira Massangana: UFPE, Editora Universitária, 1994. p.57

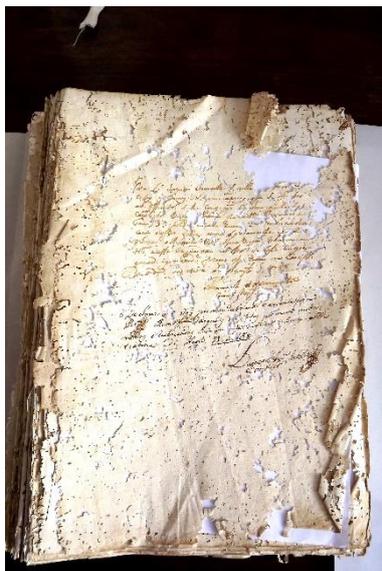
⁵ “ductus” é o traçado que o instrumento faz no suporte durante a escrita

⁶ Definição: “O códice tinha páginas individuais mais ou menos do mesmo tamanho, ligadas de um lado (geralmente, mas não sempre, o esquerdo). Podia ser coberto com pranchas simples ou com algum tecido ricamente decorado, ou mesmo com ouro e prata, se fosse um livro sagrado para uso de uma catedral.” LYONS, Martyn. *Livro*; uma história viva. Luis Carlos Borges (trad). São Paulo: Editora Senac SP, 2011. p.36

exige delicadeza. A linha da costura ainda é visível embora esteja bastante frágil e em partes tenha sofrido deterioração. Por ser uso recorrente em códices, supõe-se que houvesse uma capa para proteger o conjunto, caso contrário as folhas iniciais e finais e os cantos estariam em condição muito pior. Tal capa, porém, não existe mais e sequer temos vestígios dela, de forma que não sabemos de qual material teria sido feita⁷.

A incidência de luz e a degradação das fibras do papel transformaram a coloração desse suporte em um tom de cor creme, e o pigmento da tinta esvaneceu para diversas gradações de marrom. Por sorte o documento não sofreu danos com a umidade, bastante comum da região na qual se encontra, e por isso não tem vestígios de fungos ou mofo. O maior dano não foi causado pelo tempo, mas pela ação de insetos xilófagos que, em sua fase larval, se alimentam das fibras vegetais do papel. Por anos⁸, a infestação transformou o papel em uma superfície cheia de furos e buracos, especialmente nas folhas iniciais e finais do livro, que são mais acessíveis (IMAGEM 1). Algumas folhas, de tão delicadas que estão devem ser manuseadas com extrema cautela, para não danificar ainda mais o já comprometido suporte.

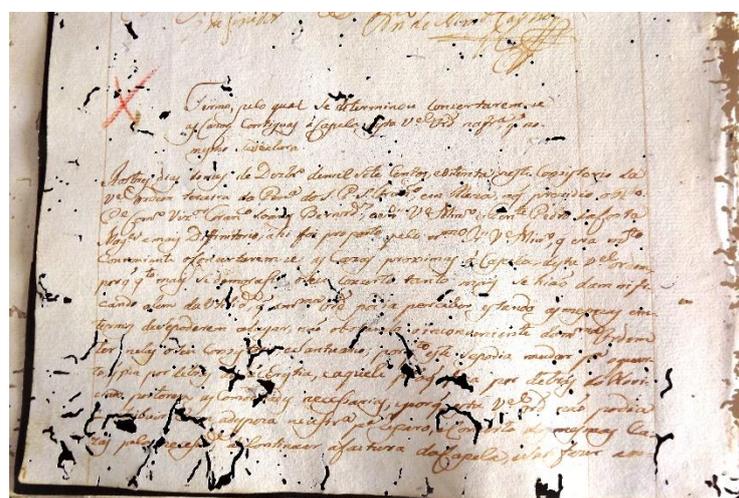
Imagem 1 - Folha de Abertura do Livro de Termos. Acervo da autora, 2012.



⁷ Quiçá pesquisas futuras com os Livros de Receita e Despesas da Ordem evidencie aspectos da produção do Livro de Termos

⁸ Observamos insetos vivos em meio às folhas do Livro de Termos em 2012, quando a documentação toda foi transferida para desinfestação pelo Coordenador do Arquivo Histórico Casa Setecentista de Mariana, Cássio Vinício Salles. O Cônego Raimundo Trindade já havia notado a infestação, e em 1943 já alertava: “o arquivo de São Francisco está em têmos de se perder.” In: TRINDADE, Raimundo (Cônego). “A igreja de São Francisco de Assis de Mariana”. In: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº7. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943. p.66

Imagem 2 e 3 - Detalhe de anotações no documento. Acervo da autora, 2012.



Além do ataque por insetos, a ação do homem ao longo dos anos também interferiu de maneira negativa, além dos cantos manchados pela gordura natural das mãos que o folheiam, várias anotações e grifos feitos *a posteriori* podem ser encontrados ao longo do documento. Em algumas páginas, nota-se o uso de uma substância para escurecer a folha e a tinta, de forma a aumentar o contraste das letras, um recurso provavelmente utilizado por algum pesquisador de época posterior à produção do documento. Discutiremos essas questões mais adiante quando falarmos da historicidade do documento. Agora que estão elucidados os principais aspectos materiais do documento analisado, partimos para a compreensão de sua produção e conservação.

A escrita

Grande determinante na qualidade da leitura de um manuscrito é a mão de quem o escreve. Quando hábil, traços firmes e elegantes garantem uma leitura suave, mesmo com a

estranheza de vocabulário e ortografia. Certas características da escrita ajudam a compreender um pouco mais do autor e também do contexto de produção do texto. Notemos algumas qualidades do documento analisado.

A escrita é consistentemente regular e simétrica de uma margem à outra da mancha⁹, embora não haja resquícios de linhas horizontais para demarcação. A saturação do traçado varia, indicando mudança de tinta e/ou diluição da mesma¹⁰. O capricho na letra parece ser mediano, nem detalhista como nos documentos mais importantes (como os Estatutos) e nem tão apressada como notamos nas assinaturas – inclusive é perceptível o esforço do secretário na redação dos termos, ao compararmos os trechos finais dos mesmos, no qual todos inclusive ele, assinavam conjuntamente e sua letra aparece bem mais apressada e deselegante.

A caligrafia varia com a troca de cada ano da mesa administrativa, ou melhor dizendo, a cada troca de secretário, pois muitos dos que exerceram esse cargo foram reeleitos por vários anos. A ortografia, por sua vez, é bastante inconsistente, variando inclusive no mesmo termo. Especialmente encontramos recorrência na variação de palavras com a letras “s”, “ss”, “z”, “ç” e “c”. Para citar apenas um exemplo, a palavra consistório - que denominava o local onde se reunia a mesa para as reuniões - era também escrita: concistorio, conciztorio e consiztorio.¹¹ Essa característica reforça o fato de que não havia uma norma gramatical oficial, de forma que a escrita muitas vezes decorria da intuição do autor ou replicava a sonoridade da palavra. Apenas a partir do início do século XX com o lançamento dos primeiros guias ortográficos começa a haver uma tentativa de normatização do português escrito.¹²

O Livro de Termos

Este Livro servira somente para nelle [se lançarem] todos os Termos, e determinaçoens que se asentar no diffinitório desta congregaçam da Immaculada Comçeição da Virgem Maria da Cidade Marianna Tem 239 folhas, e cada huma [vai] rubricada com o nosso sobrenome Livramento: [acabado] que seja o Reverendo Commissario Vizitador que servir rubricara outro, e este se guardara no Archivio desta congregaçam: e por verdade

⁹ “mancha” é o espaço dentro do qual está a parte escrita do documento manuscrito. No caso do documento estudado, a mancha é delimitada por linhas verticais que são geralmente respeitadas pelo secretário.

¹⁰ Materiais de escrita ainda eram relativamente dispendiosos de forma que em tempos de carestia pode haver uma tendência a economizar através da diluição da tinta e escrita mais comprimida (menor espaçamento entre-linhas e uso total da folha) para maior aproveitamento do papel.

¹¹ Para aprofundar neste tema confira a dissertação na área da linguística: DORES, Marcus Vinícius Pereira das. *O Primeiro Inventário de bens da Catedral de Mariana (1749-1753): edição e glossário terminológico.* Dissertação (mestrado em Estudos Linguísticos) Fale- UFMG, 2019. Na qual o pesquisador explora as diversas formas de escrita das palavras constantes do Inventários de Bens da Catedral de Mariana, produzido por volta do mesmo período de nosso documento.

¹² Cf. ACIOLI, 1994; CAMBRAIA, César Nardeli. *Introdução à crítica textual.* São Paulo: Martins Fontes, 2005.

fizemos este termo no Consistório da ordem aos nove de Agosto de [1758] *Manoel do Livramento Commissário Vizitador*¹³

A função do documento é elucidada imediatamente, com os dizeres acima. O que consta escrito no Termo de abertura do Livro de Termos determina que o dito livro seria usado para o registro das deliberações da Mesa Administrativa da Ordem Terceira, ao longo de suas atividades. Como informação complementar, o confronto com os Estatutos da Ordem, escrito alguns anos após a sua fundação, reitera a importância e necessidade do registro escrito de todas as decisões da Mesa para sua validade, conforme o capítulo dedicado às obrigações do secretário da Ordem:

Para evitarmos inconvenientes, E prejuizos que a esta nossa Ordem se possão seguir, ordenamos que o nosso Irmaõ Secretario seja obrigado a escrever todos os despachos, que se derem em Meza, os Termos, E acentos, que se fizerem nos livros, E suas delcarações [...] E será nullo, E de nenhum vigor, tudo o que por elle não for escrito[...]¹⁴

Conforme preconizado, a cada mês foi escrito ao menos um novo termo¹⁵, descrevendo as questões em pauta e as deliberações acerca delas.

Os termos seguiam um padrão rigoroso e praticamente imutável ao longo dos anos: Um título com o conteúdo do termo ou a data da reunião, com recuo da margem esquerda da mancha (ou às vezes centralizado), separado pelo espaço de uma linha ou mais do resto do texto; uma introdução com data e local da realização da reunião, nome dos principais membros presentes, com ênfase para o Comissário que costumeiramente presidia a Mesa; seguido do assunto discutido e das deliberações tomadas; o termo era encerrado com a justificativa de que era feito para se constar o registro; depois vinha o nome do secretário responsável pela sua redação e ao final as assinaturas dos membros da Mesa presentes.

O Conteúdo

O título dos termos, quando explicativo, ajuda sobremaneira a ter uma noção geral dos principais assuntos discutidos pela Mesa. Numa observação rápida e superficial é notável a recorrência de três constantes temáticas: Eleições e substituições na Mesa Administrativa, a construção da Capela e o planejamento, organização e realização das festividades da Ordem.

Sobre os cargos e eleições para a Mesa Administrativa, conforme instituído na Regra Franciscana, e posteriormente nos Estatutos que regiam esse sodalício, a composição da Mesa era uma questão fundamental para a organização da Ordem. A hierarquia era rígida e

¹³ Termo de abertura, folha 1. Livro de Termos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, atualmente sob guarda do Arquivo Eclesiástico Dom Oscar de Oliveira, em Mariana. Transcrição semi-diplomática. Esta e as demais transcrições apresentadas aqui foram todas realizadas por nós.

¹⁴ ESTATUTOS Municipais da Ordem Terceira de São Francisco da Cidade Mariana. Em exposição no Museu de Arte Sacra de Mariana. Transcrição semi-diplomática.

¹⁵ Com algumas exceções que permanecem ainda para serem investigadas.

constantemente destacada, não apenas nos registros escritos, mas também na própria disposição física de seus membros, em assentos na Mesa, nas cerimônias e procissões. O desencaminho de algum mesário era motivo de intenso debate, culminando muitas vezes em sua expulsão. Morte em meio ao mandato também foram discutidas nas reuniões da Mesa e prontamente se apontava algum irmão para ocupar a função do falecido – preferencialmente alguém que já havia ocupado aquele cargo, ou que estivesse atualmente servindo outro menos importante na Mesa¹⁶.

Acerca da construção da Capela, os termos elucidavam diversos detalhes, descrevem desde o processo de contratação do mestre de obras até questões menores, como a origem do material utilizado (“pedra da passagem”) e pagamentos que deveriam ser efetuados ou suspensos. A questão da construção da Capela foi um chamariz para primeiros pesquisadores da documentação produzida pelas agremiações de leigos no século XVIII. A revalorização do chamado “Barroco Mineiro” e o interesse pelas capelas coloniais levou os investigadores à arquivos ao longo do século XX, muitos deles mais preocupados com as informações contidas nos documentos do que com a preservação dos mesmos. Grifos, anotações na margem e marcas podem ser observados no Livro de Termos, curiosamente, concentrados nos termos que se referem à construção da Capela da Ordem Terceira.

A terceira temática mais recorrente, as festas e procissões eram um momento importante de socialização dos irmãos terceiros, entre si, e também no que tange a demonstração de seu poderio para o restante da sociedade¹⁷. Bastante discussão e recursos eram investidos no planejamento e realização das festas e procissões. Segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que ditavam as regras “sobre tudo e sobre todos”¹⁸, “Procissão é uma oração pública feita a Deos por um comodo ajuntamento de fieis disposto com certa ordem que vai de um lugar sagrado á outro lugar sagrado[...]”¹⁹. Elas eram organizadas com ao menos seis meses de antecedência e os responsáveis pelos gastos eram elencados nos termos. Segue um exemplo de uma das festas registradas no Livro de Termos:

[...]foi proposto por Nosso Caríssimo Irmão o Reverendo Padre Commissario e Irmão Ministro que era preciso fazer a festa de Nossa Padroeira Senhora da Conceyção a qual se detreminou fazer na forma que se detremina em os capitulos da Vezita, e que nosos Caríssimos Irmãos Vigário do Culto Divino e Sanchristaens armem a capella na forma [costum]ada, asi detreminou que Nosso Irmão procurador tome a sua conta mandar fazer [as]

¹⁶ Para mais informações sobre essa temática conferir os trabalhos de William Martins, em especial: MARTINS, W. S. “Cargos administrativos e critérios de representatividade nas ordens terceiras do Carmo e de São Francisco (c.1700-1822): Uma análise comparativa.” R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 172 (451):201-229, abr./jun. 2011

¹⁷ CAMPOS, A. A. “As Ordens Terceiras de São Francisco da Penitência nas Minas Coloniais: cultura artística e Procissão de Cinzas”. *Revista Imagem Brasileira*. n.1. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira/EBA/UFMG, 2001, p. 193-202.

¹⁸ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*; feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

¹⁹ IDEM, p.191, livro terceiro, título XIII “Das procissões: que cousa seja procissão, e de sua origem, e como se devem fazer neste arcebispado.

obras de que se carecer para a prosis[aõ] da sinza e an
dores que n[ella] ham de hir²⁰

Esses são apenas três dos assuntos que podem ser explorados no Livro de Termos, dentre uma grande variedade, que permite estudos com diversos enfoques. O que reforça a importância deste documento como uma fonte para compreensão dos múltiplos aspectos concernentes à Ordem Terceira franciscana em específico e a sociedade setecentista colonial de modo geral.

O secretário

A administração da Ordem Terceira se dava por homens leigos, dessa forma, a composição da Mesa Administrativa recaía sobre os irmãos e irmãs associados ao dito sodalício. Os cargos estão todos elencados e descritos nos Estatutos²¹, redigidos pouco após a criação da Ordem Terceira. Dentre os cargos mais relevantes estão o de secretário, que era responsável por grande parte da produção de registros escritos. Segundo as normas:

“Para Secretário desta nossa Veneravel Ordem se deve eleger hum nosso Irmão muito inteligente, E versado em contas, E de muito segredo, prudencia, actividade, E limpeza de mãos, porque desta pende todo o credito de nossa Ordem”²²

A seleção para o cargo era rigorosa e exigia habilidades específicas, dentre elas: inteligência, habilidade com escrita e cálculo, caráter discreto e limpeza de mãos, para garantirem o correto desenvolvimento da função. Suas obrigações envolviam, além do registro das atas: manter contato com e escrever nos cadernos dos presidentes (responsáveis pelas presídias, distantes da vila), preencher o inventário da ordem, com as posses e doações recebidas, listagem dos óbitos e livro de lembrança, lançamento no livro de irmãos noviços e professos, dialogar com o síndico sobre questões financeiras, registro da receita da ordem, redação de todas as correspondências, produção de boletos, gestão e cuidado de todos os livros da Ordem, redação das patentes que certificavam filiação à Ordem. As responsabilidades eram muitas, além disso, o secretário era obrigado a estar presente em todas as reuniões da Mesa administrativa, para redação da ata. Caso não conseguisse evitar a ausência, o irmão que serviu na mesa anterior o substituiu enquanto fosse necessário. Determina-se ainda que “Como no Irmão Secretario está todo o segredo desta nossa Ordem, lhe encomendamos muito não revelle couza alguma das dispoziçoens, que nas mesmas se tratarem[...]”²³, sob o risco de ser expulso do cargo. As eleições ocorriam anualmente para a renovação da Mesa, mas muitos secretários

²⁰ Livro de Termos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, fl.15 v. “Termo da meza que este Venerável defenitório f[as e]m o dia 24 de Novembro de 1760 E o seguinte”

²¹ Esse é um documento bastante importante e de tão belo, não fica guardado no arquivo mas exposto no Museu Arquiocesano de Arte Sacra de Mariana.

²² ESTATUTOS Municipais da Ordem Terceira de São Francisco da Cidade Mariana, Capítulo 4º “Do Irmão Secretário, e suas obrigações”.

²³ ESTATUTOS Municipais da Ordem Terceira de São Francisco da Cidade Mariana, Capítulo 4º, Párrafo 14º

ocuparam o cargo por vários anos consecutivos, apesar das exigências. Sinal de que cumpriam rigorosamente as obrigações do dito cargo e eram valorizados por seus pares, no momento da eleição. Porém o cargo era bastante desgastante e podemos observar lapsos no trabalho do secretário.

Rasuras e correções

Por ser um documento oficial, notamos um esforço máximo da parte do redator para não rasurar o texto. Nas vezes em que uma letra é suprimida acidentalmente, ele procura inseri-la espremida no seu local correto. Quando começa a palavra com a letra errada ele tenta reescrever por cima. Raramente rasura mais de 1 ou 2 letras. No caso quando o erro é uma ou mais palavras, o que acontece com considerável frequência, vemos a correção vir na forma da palavra “digo” seguida pela expressão ou frase intendida. Como nos exemplos a seguir: “Termo das determinações da Mesa de 5 de março de 1761. Digo de 5 de abril de 1761.” Neste caso foi feito um erro no título do termo. Em “[...] estando em Mesa nosso caríssimo irmão Miguel Teixeira Guimarães vice comissário, digo, vice Ministro[...]”, há um equívoco do cargo. E ainda outro exemplo, “[...]o que eu secretário dice a tudo cumprimento, e também se assentou, digo, a tudo cumprimento de que se fez este termo que assinaram comigo[...]”²⁴ o secretário se confunde no encerramento do termo.

Os três exemplos citados foram escolhidos justamente para ilustrar os principais momentos em que observamos os erros: na hora da escrita automática, sem reflexão, ao escrever padrões e expressões corriqueiras. Isso diz muito da pessoa que escreveu e dos hábitos de escrita da pessoa ocupando o cargo de secretário da Ordem. Como dissemos acima, o termo segue alguns padrões e tem frases e expressões repetidas com pequenas variações entre um termo e outro. Sabemos que o secretário era escolhido a dedo, devendo ser uma pessoa letrada, “muito inteligente e versado em contas”²⁵. Observar os erros que ele cometia nos leva a refletir sobre sua proficiência na escrita. Quando ele escreve “digo” e se corrige está involuntariamente nos informando muita coisa: o alto grau de alfabetização e a cotidianidade da escrita eram para ele algo normal, a repetição de padrões e frases feitas o levaram, em momentos de distração, a cometer erros de redação.

A historicidade da fonte

O documento jamais nos chega da mesma forma em que se originou, o tempo que decorre entre a sua produção e a leitura e análise que ora fazemos, acaba por deixar marcas.

²⁴ Livro de Termos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, transcrição atualizada

²⁵ ESTATUTOS Municipais da Ordem Terceira de São Francisco da Cidade Mariana. Cap. 4^o

Conforme já mencionamos, muitas dessas marcas são involuntárias ou inevitáveis. Existem porém aquelas que foram feitas de propósito, estamos falando sobre os sinais deixados evidentemente pela ação humana sobre os documentos. No caso do Livro de Termos, especificamente, nota-se gritante contraste entre a tinta que foi usada no século XVIII para redação dos termos e os coloridos traços (possivelmente de giz de cera) usado para fazer marcações ao longo das páginas do livro (IMAGENS 2 e 3). O recurso usado por pesquisadore(s) precedente(s) para facilitar o seu serviço acaba por alterar a aparência do documento. Podemos ficar inconformados com a ousadia de “rabiscarem” tão importante documento histórico, por outro lado podemos usar isso como recurso para entender um pouco mais do percurso do dito documento. Aprendemos, então, que o documento foi utilizado para pesquisa anterior ao nosso acesso, e, para além disso, observando os termos escolhidos para fazer as marcações e o conteúdo delas, fica evidente o interesse de tal pesquisador: a construção da capela. Outra história se revela neste detalhe, seria o Cônego Raimundo Trindade, que publicou estudo sobre a construção da Capela da Ordem Terceira, o responsável pelas marcações²⁶?

Acusações à parte, queremos apenas apontar a possibilidade que os vestígios deixados no Livro de Termos tem de oferecer dados relevantes. Diversas outras observações poderiam ser destacadas acerca das informações não objetivas que o documento manuscrito nos apresenta, quando se observa com uma perspectiva para além texto.

Considerações Finais

O estudo de fontes manuscritas é preciosíssimo e cheio de curiosidades, assim como de desafios e também frustrações. Com um pouco de paciência e um olhar atento para as diversas abordagens imagináveis podemos pinçar uma multiplicidade de informações passíveis de serem extraídas do documento, resultando em uma análise mais rica e completa da fonte estudada. Quisemos apresentar um pouco nesse trabalho sobre nossa experiência e descobertas ao longo da divertida aventura que está sendo o estudo do Livro de Termos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. Acorados em áreas complementares como a Cultura Material, a Codicologia, a Linguística, a Paleografia, entre outras, vamos pouco a pouco decifrando as letras registradas nos documentos manuscritos. Analisando o que está escrito e o que não está, aprendemos cada vez mais sobre o universo dos manuscritos coloniais.

Artigo recebido em 25/02/2019 e
aprovado para publicação em 10/06/2019

²⁶ Ele inclusive cita alguns documentos do Livro de Termos em seu artigo. TRINDADE, 1943.